

**História, memória e patrimônio: paradigmas da contemporaneidade**

Marcelo Chaves Lameirão\*  
Paulo Vinícius Aprígio da Silva\*\*

**Resumo:**

O objetivo central deste trabalho é desenvolver uma reflexão sobre os conceitos de *Modernidade, Memória e Patrimônio* tendo como foco principal o ofício do historiador. As cartas de políticas patrimoniais serão o ponto de partida para a reflexão sobre a proposta problemática; a patrimonialização, assim como a monumentalização, se transformam em lócus de guarda de falas sobre a memória, assim como a eleição de discursos sobre a história. O interesse pela elaboração de novos monumentos, apropriação de monumentos não-intencionais no presente e suas políticas de conservação são importantíssimas para a discussão da memória na modernidade e conseqüentemente no repensar do ofício do historiador, em uma época marcada pelo exaustivo “consumo” do passado.

Palavras-chaves: Historiografia, memória e patrimônio

**Abstract:**

The central objective of this work is to develop a reflection on the concepts of Modernity, Memory and Patrimony tends as main focus the historian's occupation. The Letters of Patrimonial politics will be the starting point for the reflection on the problematic proposal; the patrimonialization, as well as the monumentalization, they change instead of guard of speeches about the memory, as well as the election of speeches on the history. The interest for the elaboration of new monuments, appropriation of no-intentional monuments in the present and their conservation politics are important for the discussion of the memory in the modernity and consequently in rethinking of the historian's occupation, in a time marked by the exhausting "consumption" of the past.

**Keys-words:** Historiography, memory and patrimony

**Introdução:**

Uma das principais responsabilidades do homem é a de revelar o esquecido, mostrar que o passado comportava outros futuros além deste que realmente ocorreu.

(Benjamin, Walter)

---

\* - Marcelo Chaves Lameirão é graduando da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

\*\* - Paulo Vinícius Aprígio da Silva é graduando da Universidade Federal do Rio de Janeiro. É bolsista do Museu Nacional vinculado ao Programa Institucional de Bolsas de Extensão – PIBEX.

Caso concordemos com as palavras de Benjamim, a relação do homem com seu passado, assim como sua percepção acerca da História, é perceber o vasto campo das disputas e das construções. Quando fazemos a opção por determinado discurso, somos levados a analisá-lo como proposta essencial para o desenvolvimento dos acontecimentos, para a dinâmica da operacionalidade histórica. Muitos são os artifícios criados para a edificação da história e da memória. Em outras palavras, são muitos os caminhos e reflexões que permeiam a percepção dos projetos passados, que se constituíram, ou não, no futuro. Dentre as possibilidades existentes para tal operação, o patrimônio emerge como possível elemento da construção e enunciação da História.

O presente trabalho irá refletir o sintoma da modernidade com o seu passado. Através do estudo de políticas de conservações patrimoniais, utilizaremos as Cartas Patrimoniais<sup>1</sup> publicadas no compêndio de Isabelle Cury.

#### **As Cartas Patrimoniais e a reflexão histórica**

A Carta de Veneza foi elaborada em maio de 1964 no II Congresso internacional de arquitetos e técnicos dos monumentos históricos. Esse documento surgiu em um contexto de repensar o sentido de preservação dos monumentos antigos, principalmente após a política urbanística chamada de “destruição progressiva”, que ficou enfraquecida perante período que Françoise Choay reconhece de “crise econômica mundial, as frustrações e os traumatismos causados pela urbanização selvagem e pelo urbanismo ‘civilizado’ dos CIAM servem à causa da conservação” (CHOAY, 2006: 9 – 10)

A política do CIAM almejava a elaboração de novas políticas de arquitetura e urbanismo. Principal fruto do CIAM foi a Carta de Atenas, em novembro de 1933, que preserva os monumentos antigos “sob condições (de higiene e de comodidade), destinando à destruição do tecido menor que os envolve” (Idem: 7) criando áreas livres para transformações. Pode-se notar uma perspectiva futurística do tempo. O futuro passava ser o referencial. O sonho dos novos tempos. O desprezo por um passado que não orienta mais. Contudo, tal política ficou enfraquecida, por causa dos traumas da primeira metade do século XX.

---

<sup>1</sup> - Duas cartas foram destacadas como cruciais para nosso trabalho: Carta de Atenas e a Carta de Veneza.

A relação do homem com o tempo é sempre determinante das relações históricas. Tal fato, porém, não perde significância quando tratamos da relação do historiador com o tempo histórico.

Na década de 1960 ocorre uma transformação da política de conservação, constituindo uma ampliação do campo de visão histórica até um passado mais próximo. A política de conservação de monumentos históricos deixava de ser restrita aos países desenvolvidos e passava abarcar os países em desenvolvimento.

O crescimento das políticas de conservação apresentou um paradoxo. Até que ponto essa conservação deve chegar? A conservação não estagnar a inovação? Fica-se claro que não se pode conservar tudo e com isso novos tratados são estabelecidos, desde a *Carta de Veneza* (1960) às *Resoluções de Keskeuret* (1982).

A Carta de Veneza buscou regulamentar uma política base de conservação e restauração, mas que poderia ser adaptada com as especificidades de cada país e sua respectiva cultura. Uma valorização do testemunho histórico é realçada na carta. O monumento histórico deve ser uma memorização da sociedade.

A restauração do monumento deveria conservar os valores estéticos e históricos, respeitando ao máximo o “original”. O encerramento da restauração seria quando se chegasse à barreira do hipotético. Os sítios também adquiriram um cuidado especial, em que são realçadas a manutenção de sua integridade, seu saneamento, manutenção e valorização. As técnicas de conservação são as mesmas das dos monumentos históricos.

As políticas de conservação de monumentos estão em crescimento na nossa sociedade. A conservação de um suposto passado é uma forma de produzir lembranças e esquecimentos. O prolongamento da vida do monumento ou sítio possibilita deslizar nas ruas do tempo. Criam-se os “Patrimônios da humanidade”. Elementos vivos por uma concepção de tempo. Brinca-se com o tempo. Transforma-se com o invisível. Recria-se o passado. Reinventa-se a memória. Apagam-se os erros.

A constituição de uma mediação prática acerca dos monumentos, que são assim constituídos segundo seu caráter artístico ou histórico e deste último em *intencionais* e *não intencionais*, possuindo valor de *antiguidade* e *histórico*, que desembocam em valores contemporâneos dos mais diversos (Uso/ Novidade/ Relativo), compõem a obra de Riegl.

Deve-se ressaltar que a partir desta reflexão, a idéia de monumento é tida como uma obra criada pela ação humana e que responde a necessidade de preservação de determinada prática ou discurso. Nesse sentido entendemos que a ação cognitiva que o envolve é parte daquilo que podemos chamar de *vontade de arte*. Fator que envolve diversos valores e significados, mas que encontra raízes em caracteres subjetivos. Segundo o próprio Riegl, a denominação de “monumento” não pode ser compreendida em sentido objetivo, mas unicamente subjetivo (RIEGL, 2006: 49).

A ação do tempo faz-se presente não só nas marcas de *Antiguidade*, ou no *Valor Histórico*; a intempérie de sua existência pode ser percebida na relação estabelecida entre a ótica do passado, a constituição e eleição de determinado discurso histórico. As marcas só tornam-se cicatrizes quando enunciadas, diferente disso apagam-se aos devaneios da mentalidade humana.

#### **Epílogo:**

A relação entre História, Memória e Patrimônio tem-se mostrado cada vez mais necessária, quando não indispensável. Por mais que este trabalho tenha como proposta a do primeiro e último elemento, partindo de uma análise documental sua efetivação só é possível graças a um esforço contínuo de reflexão sobre a edificação do patrimônio enquanto objeto relevante de construção nacional, assim como seu ímpeto construtor de identidades e de relações memorialísticas.

A contemporaneidade, principalmente aquela vivenciada na passagem do século passado para este, trás consigo uma nova visão acerca da idéia de patrimônio. O soerguimento dos chamados *Patrimônios Imateriais e Intangíveis*, trás consigo uma série de elementos que estão ligadas a transformação da concepção do espaço de experiência humana. A monumentalidade ganha aspectos categóricos ligados a novos campos de exploração reflexiva. A *pedra e cal* perdem espaço para a imaterialidade, para a forma de lidar, para o como fazer, como agir.

Obviamente tal transformação tem um significado próprio atuante na tonalidade presentista da última década. Deste modo, o uso do patrimônio transforma-se e de mantenedor

5

de um discurso acerca das elucubrações nacionais, servindo, agora de forma mais intensa, a formas culturais específicas.

A transposição temporal afere ao patrimônio nova significação temporal- histórica que como percebemos em Hartog. Lá, aos olhos do historiador que vagueia (*flâneur*), se dão ainda a ver fragmentos, restos, marcas de ordem do tempo diferentes, como se fala de ordens em arquitetura. No curso do período, o patrimônio se impôs como a categoria dominante, englobante, senão devorante, em todo caso, evidente, da vida cultural e das políticas públicas (HARTOG, 2006, p. 265).

**Bibliografia:**

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**, São Paulo: Liberdade & Unesp, 2001.

CURY, Isabelle. Org. **Cartas Patrimoniais**. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004

HALBWACHS, Maurice. – **A memória coletiva**. São Paulo: Edições Vértice. 1990.

HARTOG, François. **Tempo e patrimônio**. *Varia hist.*, Dez 2006, vol.22, nº.36, p.261-273.

KOSELLECK. **Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Editora **Contraponto e Editora PUC-Rio**. Rio de Janeiro. 2006.

RIEGL, Aloïs - **O culto moderno dos monumentos: sua essência e sua gênese**. Goiânia: Editora UCG, 2006.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. **Restauração**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.